

Imparidades e Imparidades Líquidas: estudo empírico de empresas não cotadas em Portugal



Carlos Quelhas Martins

Doutoramento em Gestão, Título de Especialista em Contabilidade, Docente ISCAP

Eduardo Sá e Silva

Doutoramento em Ciências Empresariais, Docente ISCAP

Andreia Taveira da Gama

Doutoramento em Marketing, Docente ISEP

(Conclusão)

3. ESTUDO EMPÍRICO

Nesta parte do trabalho iremos proceder à apresentação dos principais resultados obtidos relativamente ao estudo efetuado, a partir dos dados recolhidos e com base nas técnicas de análise estatísticas definidas na parte anterior.

Após apresentação da metodologia, surgem os resultados, calculados com base na informação recolhida na amostra e através da utilização da ferramenta SPSS 19.0. De notar que em todos os valores monetários a unidade de medida é o euro.

Começamos então por caracterizar a amostra objeto neste estudo. De seguida efetuamos uma análise descritiva das principais variáveis do estudo. Realizamos também uma análise do pressuposto da normalidade das variáveis e efetuamos a análise e apresentação dos resultados obtidos do estudo desta investigação.

3.1. CARATERIZAÇÃO DA AMOSTRA

A apresentação dos resultados desta investigação inicia com a caracterização da amostra, constituída por 172 empresas portuguesas não cotadas em bolsa, cujo código de atividade económica é o 4, 6 ou 7. Cerca de 95,4% destas empresas possuem certificação legal das contas. Todas as empresas que não obedecem a este requisito pertencem ao CAE 4.

De acordo com Diário da República, 1.ª série – N.º 213 – 6 de novembro de 2007, são consideradas PME's empresas que empregam menos de 250 pessoas e cujo volume de negócios anual não excede 50 milhões de euros ou cujo balanço total anual não excede 43 milhões de euros. No nosso caso, 49 empresas (28,5%) apresentam um volume de negócios anual inferior ou igual a 50 milhões de euros e um valor para o

balanço total inferior ou igual a 43 milhões de euros. As restantes 123 empresas, de acordo com este critério, podem ser consideradas como grandes empresas.

Nem todas as empresas da amostra apresentam perdas por imparidade ou reversões. O quadro seguinte caracteriza a amostra de acordo com este critério.

Quadro 4 – Caracterização da amostra: imparidades e reversões

		Reversões			
		sim		não	
		#	% amostra total	#	% amostra total
Imparidades	sim	76	44,19%	44	25,58%
	não	14	8,14%	38	22,09%

Fonte: SPSS a partir dos dados recolhidos

Concluimos que 76 empresas da amostra apresentaram em 2010 perdas por imparidade e reversões, independentemente da sua natureza. Cerca de 22%, ou seja, 38 dessas empresas não registaram nesse ano qualquer tipo de perda por imparidade ou reversão, enquanto as restantes apresentam apenas uma das duas rubricas referidas. O total de empresas que apresenta perdas por imparidade é de 120, o total de empresas que apresenta reversões é de 90 e o total de empresas que apresenta imparidades líquidas é de 134 (172-38).

No quadro 5, surge agora informação mais detalhada sobre os relatos de perdas por imparidade da amostra, por tipo de imparidade.

As perdas por imparidade com maior expressão, tanto em número de relatos como em valor, relaciona-se com dívidas a receber de clientes. Como podemos ver no quadro em cima, quase 58% das empresas que apresentaram perdas por imparidade em 2010, fizeram-no em relação a dívidas a receber de clientes, representando este valor quase metade do valor total reportado (49,7%). O segundo tipo de perdas por imparidade com maior percentagem em número de relatos e valor relaciona-se com os inventários (25,8% e 34,7%, res-

petivamente). De salientar ainda um aspeto relacionado com as perdas por imparidade em investimentos financeiros que, apesar de apenas duas empresas da amostra terem apresentado este tipo de imparidade, representa 5,6% do valor total, com um valor médio que se destaca muito dos demais.

Quadro 5 – Caracterização da amostra: perdas por imparidade por natureza

	Nr relatos (empresas da amostra)		Valor total		Média
	#	%	#	%	
Imparid_Inv	46	25,8%	31.789.500,59	34,7%	691.076,10
Imparid_DivR	103	57,9%	45.588.571,32	49,7%	442.607,60
Imparid_Outrascontas	12	6,7%	1.541.296,37	1,7%	128.441,36
Imparid_Inv	2	1,1%	5.144.271,00	5,6%	2.572.135,50
Imparid_InvnDe	2	1,1%	128.098,56	0,1%	64.049,28
Imparid_InvDeprec	8	4,5%	5.271.827,72	5,8%	658.978,47
Imparid_InvDeprecIn	3	1,7%	1.022.007,06	1,1%	340.669,02
Imparid_Proplin	2	1,1%	1.187.573,00	1,3%	593.786,50
TOTAL	178		91.673.145,62		515.017,67

Fonte: SPSS a partir dos dados recolhidos

De notar que o número total de relatos de perdas por imparidade é superior a 120, uma vez que há várias empresas que apresentaram em 2010 mais do que um tipo de perdas por imparidade.

As empresas da amostra não apresentaram qualquer tipo de reversão em imparidades relativas a investimentos não depreciáveis, investimentos depreciáveis intangíveis e propriedades de investimento.

Quadro 6 – Caracterização da amostra: reversões por natureza

	Nr relatos (empresas da amostra)		Valor total		Média
	#	%	#	%	
Rev_Imparid_Invent	37	29,4%	36.788.499,71	47,7%	994.283,78
Rev_Imparid_DivRec	76	60,3%	38.265.949,24	49,6%	503.499,33
Rev_Imparid_OutrascontasRec	10	7,9%	2.013.330,94	2,6%	201.333,09
Rev_Imparid_InvFin	2	1,6%	5.869,51	0,0%	2.934,76
Rev_Imparid_InvDeprecAFT	1	0,8%	62.762,00	0,1%	62.762,00
TOTAL	126		77.136.411,40		612.193,74

Fonte: SPSS a partir dos dados recolhidos

Chamamos a atenção para o facto de a soma do número das empresas ser superior a 90, uma vez que há empresas na amostra que apresentaram mais do que um tipo de reversão. Mais uma vez verificamos que as rubricas relativas a dívidas a receber de clientes e inventários são as mais representadas, quer em número de relatos, quer em valor. Um facto a des-

taçar é que o valor médio total das reversões, para a amostra, é superior ao valor médio do total das perdas por imparidade. No entanto, o valor total de reversões seja inferior ao valor total de perdas por imparidade, pelo que o valor total das imparidades líquidas de reversões é de cerca de 14,5 milhões de euros.

Quadro 7 – Caracterização da amostra: imparidades líquidas por natureza

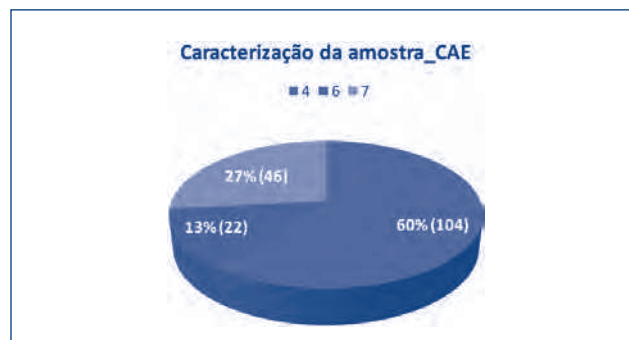
	Nr relatos (empresas da amostra)		Valor total		Média
	#	%	#	%	
Imparid_Liq_Invent	57	26,6%	-4.998.999,12	-34,4%	-87.701,74
Imparid_Liq_DivRec	123	57,5%	7.322.622,08	50,4%	59.533,51
Imparid_Liq_OutrascontasRec	15	7,0%	-472.034,57	-3,2%	-31.468,97
Imparid_Liq_InvFin	4	1,9%	5.138.401,49	35,3%	1.284.600,37
Imparid_Liq_InvnDeprec	2	0,9%	128.098,56	0,9%	64.049,28
Imparid_Liq_InvDeprecAFT	8	3,7%	5.209.065,72	35,8%	651.133,22
Imparid_Liq_InvDeprecIntang	3	1,4%	1.022.007,06	7,0%	340.669,02
Imparid_Liq_ProplInvest	2	0,9%	1.187.573,00	8,2%	593.786,50
TOTAL	214		14.536.734,22		67.928,66

Fonte: SPSS a partir dos dados recolhidos

No quadro acima destacamos o facto dos valores das imparidades líquidas com inventários e com outras contas a receber serem negativos, ou seja, em 2010 as empresas da amostra no seu total apresentaram mais reversões do que perdas por imparidade no que se refere a estas duas rubricas. Em termos líquidos, o valor mais elevado é o da rubrica dívidas a receber de clientes. O número total de empresas neste quadro é superior ao número de empresas que apresentaram imparidades líquidas, pelas mesmas razões apresentadas antes.

Analisemos agora a amostra no que se refere à repartição por código de atividade económica. O Gráfico 1 permite verificar que 60% das empresas da amostra têm como principal atividade o CAE 4, 27% o CAE 7 e 13% o CAE 6.

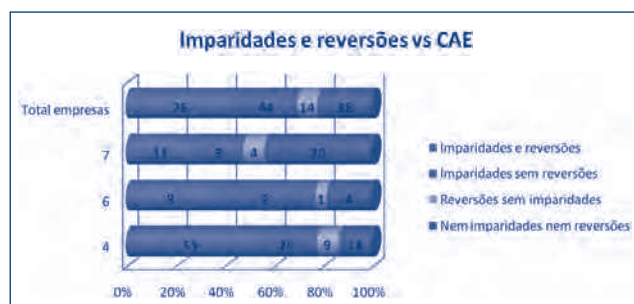
Gráfico 1 – Caracterização da amostra por CAE



Fonte: SPSS a partir dos dados recolhidos

Verificamos no Gráfico 2 que, proporcionalmente, há mais empresas do CAE 4 que apresentaram imparidades e reversões e mais empresas do CAE 7 que não apresentaram qualquer relato de imparidades ou reversões.

Gráfico 2 – Caracterização da amostra: imparidades e reversões vs. CAE



Fonte: SPSS a partir dos dados recolhidos

Todas as empresas da amostra utilizaram o mesmo critério de mensuração para as imparidades da mesma natureza. O quadro 8 indica quais foram esses critérios.

Concluimos que todas as empresas da amostra utilizaram apenas o critério económico para mensurar as imparidades. Quase 90% (88%) das mesmas dispõem de informação IES.

Quadro 8 – Critérios de mensuração das imparidades

Variável	Critério de mensuração
Imparid_Invent	Valor Realizável Líquido
Imparid_DivRec	Valor Realizável Líquido
Imparid_OutrascontasRec	Valor Realizável Líquido
Imparid_InvFin	Quantia Recuperável
Imparid_InvnDeprec	Quantia Recuperável
Imparid_InvDeprecAFT	Quantia Recuperável
Imparid_InvDeprecIntang	Quantia Recuperável
Imparid_ProplInvest	Quantia Recuperável

Fonte: Dados recolhidos da amostra

3.2. ANÁLISE DESCRITIVA DAS VARIÁVEIS

Este ponto inclui uma análise descritiva mais detalhada das principais variáveis do estudo. Não são apresentadas mais informações para além do que já foi apresentado na caracterização da amostra para o CAE, Certificação Legal das Contas e IES – divulgação das perdas por imparidade. Relembramos que estes valores referem-se ao ano de 2010.

3.2.1. Perdas por Imparidade

O total de perdas por imparidade na amostra é de 91.673.145,62 euros, como vimos anteriormente. Cerca de metade das imparidades relacionam-se com dívidas a receber de clientes, seguidas das imparidades com inventários, com 35% do total do valor total. Analisemos agora estas variáveis com mais detalhe, no que se refere a estatísticas descritivas. O quadro seguinte apresenta a média, desvio padrão, mediana, valor mínimo e máximo e soma por tipo de imparidade.

Quadro 9 – Estatísticas descritivas – tipos de imparidades

	Imparid_Invent	Imparid_DivRec	Imparid_Outras contascRec	Imparid_InvFin	Imparid_Invn Deprec
Média	691.076,10	442.607,49	128.441,36	2.572.135,50	64.049,28
Desvio padrão	949.053,67	1.535.217,15	174.368,79	3.253.831,76	82.094,08
Mediana	299.945,00	132.839,26	66.829,27	2.572.135,50	64.049,28
Mínimo	717,28	257,44	1.055,22	271.329,00	6.000,00
Maximo	4.352.572,75	14.850.486,0	568.283,97	4.872.942,00	122.098,56
Soma	31.789.500,5	45.588.571,3	1.541.296,37	5.144.271,00	128.098,56
Nr relatos	46	103	12	2	2
	Imparid_InvDeprecAFT	Imparid_InvDeprecIntang	Imparid_ProplInvest	Total Imparidades	
Média	658.978,47	340.669,02	593.786,50	763.942,88	
Desvio padrão	832.063,63	356.254,78	758.320,40	1.658.733,55	
Mediana	383.661,72	236.000,00	593.786,50	295.742,78	
Mínimo	120.000,00	48.473,76	57.573,00	257,44	
Maximo	2.659.672,00	737.533,30	1.130.000,00	15.508.010,0	
Soma	5.271.827,72	1.022.007,06	1.187.573,00	91.673.145,6	
Nr relatos	8	3	2	120	

Fonte: SPSS a partir dos dados recolhidos

Os dados remetem para a importância das imparidades por dívidas a receber de clientes e imparidades com inventários. Apesar dos valores totais para as imparidades relativas a dívidas a receber de clientes serem superiores, os valores médios mais elevados referem-se a imparidades relativas a investimentos financeiros e inventários.

Verifica-se uma grande dispersão de resultados. As diferenças entre os valores mínimos e máximos de cada uma das imparidades são muito elevadas. Os valores dos desvios padrão variam bastante. Para interpretar estes valores há que atender ao facto de existirem vários tipos de imparidade que só foram registadas em duas ou três entidades. Mesmo considerando os valores das imparidades mais frequentes (sobre dívidas a receber e inventários), verifica-se que os valores dos desvios padrão são muito elevados, havendo uma grande dispersão dos valores em torno da média. A situação mais flagrante é a das imparidades por dívidas a receber de clientes: o registo mais baixo é de 257,44 euros e o mais elevado é de 45.588.571,32 euros, sendo o desvio padrão de mais de um milhão e meio de euros.

É possível analisar o total de perdas por imparidade sob outras perspetivas. Em baixo apresentamos os valores totais, percentual e médio das perdas por imparidade por CAE, sendo neste caso considerada a amostra de 120 empresas, entidades que reconheceram perdas por imparidade para o ano de 2010.

Quadro 10 – Imparidades por CAE

CAE	Total_Imparidades (euros)	%	Valor médio imparidades (euros)
4	76.316.637,16	83%	942.180,71
6	9.709.206,23	11%	571.129,78
7	5.647.302,23	6%	256.695,56
TOTAL	91.673.145,62	100%	

Fonte: SPSS a partir dos dados recolhidos

Mais de 80% do valor total das perdas por imparidade foram reportadas por entidades do CAE 4, sendo o valor mais baixo relativo a empresas cuja principal atividade se enquadra no CAE 7.

Analisemos agora estatísticas descritivas relativamente ao rácio de imparidade do ativo e rácio de imparidade do volume de negócios.

Quadro 11 – Estatísticas descritivas – Rácios de imparidade

	Rácio_impamid_Ativo	Rácio_impamid_VNeg
N	172	172
Média	0,008	0,004
Mediana	0,002	0,001
Desv. Padrão	0,014	0,007
Mínimo	-	-
Máximo	0,091	0,049

Fonte: SPSS a partir dos dados recolhidos

O rácio de imparidade do ativo apresenta uma média de 0,8% e mediana de 0,2%. De acordo com investigação realizada por Albuquerque et al., (2011) a vários estudos que apresentaram valores para este rácio, os valores médios variam entre 4% e 19,4%, com medianas a variar entre 1,5% e 19,6%. Comparativamente com estes valores indicativos, concluímos que a média e a mediana para o rácio de imparidade do ativo são relativamente baixos. Os valores da média e da mediana do rácio de imparidade do volume de negócios são metade dos respetivos valores do rácio de imparidade do ativo.

Na análise seguinte analisamos os dois rácios anteriores por tipo de imparidade e ainda o peso do total das perdas por imparidade no *ebit* e resultado líquido do período. Estes rácios, como vimos antes, não são mais do que o peso do total das perdas por imparidade no ativo e no volume de negócios.

Quadro 12 – Peso das Perdas por Imparidade em rubricas do Balanço e Demonstração dos Resultados

	Perdas_Impamid_Invent	Perdas_Impamid_DivRec	Perdas_Impamid_Otras conts Rec	Perdas_Impamid_InvFin	Perdas_Impamid_InvnDeprec
Total Ativo_2010	0,23%	0,33%	0,01%	0,04%	0,00%
Vol_Neg_2010	0,14%	0,20%	0,01%	0,02%	0,00%
EBIT_2010	3,54%	5,08%	0,17%	0,57%	0,01%
Res_Liq_2010	5,50%	7,89%	0,27%	0,89%	0,02%
	Perdas_Impamid_InvDeprec AFT	Perdas_Impamid_InvDeprec Intang	Perdas_Impamid_Proplinvest	Total_Perdas_Impamid	
Total Ativo_2010	0,04%	0,01%	0,01%	0,67%	
Vol_Neg_2010	0,02%	0,00%	0,01%	0,40%	
EBIT_2010	0,59%	0,11%	0,13%	10,21%	
Res_Liq_2010	0,91%	0,18%	0,21%	15,86%	

Fonte: SPSS a partir dos dados recolhidos

Da análise do quadro anterior podemos verificar que o total de perdas por imparidade reconhecidas no Ano de 2010 das empresas que compõem a amostra representam em termos

Quadro 13 – Estatísticas descritivas – reversões

	Rev_Imparid_ Invent	Rev_Imparid_ DivRec	Rev_Imparid_ OutrascontasRec	Rev_Imparid_ InvFin	Rev_Imparid_ InvDeprecAFT	Total_Reversões
Média	994.283,78	503.499,33	201.333,09	2.934,76	62.762,00	857.071,24
Desvio padrão	1.790.248,12	1.981.456,13	236.445,09	262,98	0,00	2.179.304,05
Mediana	212.027,59	81.557,88	86.736,50	2.934,76	62.762,00	215.078,20
Mínimo	5.000,00	494,91	3.280,55	2.748,80	62.762,00	698,00
Maximo	7.566.475,04	14.321.059,00	695.170,16	3.120,71	62.762,00	4.512.919,00
Soma	36.788.499,71	38.265.949,24	2.013.330,94	5.869,51	62.762,00	77.136.411,40
Nr relatos	37	56	10	2	1	90

Fonte: SPSS a partir dos dados recolhidos

percentuais 0,67 % do total do ativo, 0,40% do volume de negócios, 10,21% do *ebit* e cerca de 15,86 % do resultado líquido do período.

3.2.2. Reversões

Em 2010, 90 entidades da amostra apresentaram reversões, sendo o seu valor total de 77.136.411,40 euros, o que representa 84,14% do total de imparidades registadas para a mesma amostra.

O quadro 13 apresenta os valores da média, desvio padrão, mediana, máximo, mínimo e soma para cada uma das reversões.

Como vimos antes, à semelhança do que se verificou na distribuição das imparidades por rubrica, quase metade das reversões relacionam-se com dívidas a receber de clientes. Neste caso as reversões das imparidades com inventários, assumem um valor muito próximo das reversões por dívidas a receber de clientes, o que não aconteceu no ponto anterior. Mais uma vez verificamos que, apesar do valor total de reversões relativas a dívidas a receber de clientes serem superiores, a média das reversões é superior no caso de inventários.

Os valores das reversões apresentam também elevada dispersão, com desvios padrão das rubricas mais representativas muito elevados. O caso mais flagrante relaciona-se com as reversões de imparidades por dívidas a receber de clientes, em que o valor mínimo é inferior a 500 euros e o máximo superior a 14 milhões de euros. Naturalmente que este é também o caso que regista o maior valor para o desvio padrão, que quase chega aos dois milhões de euros.

Na análise das reversões por CAE, concluímos que o são as empresas do CAE 4 que apresentam o valor mais elevado de reversões. O valor das reversões em empresas pertencentes ao CAE 7 é relativamente residual.

Quadro 14 – Reversões por CAE

CAE	Reversões	%	Valor médio reversões
4	69.725.799,89	90,39%	670.440,38
6	6.433.645,11	8,34%	292.438,41
7	976.966,40	1,27%	21.710,36
TOTAL	77.136.411,40	100,00%	

Fonte: SPSS a partir dos dados recolhidos

Sendo o valor das reversões inferior ao das imparidades, naturalmente que o peso das reversões antes de correção nas várias rubricas do balanço e demonstração dos resultados é também inferior.

O quadro seguinte apresenta o peso das reversões no ativo, no volume de negócios, no *ebit* e nos resultados líquidos do período.

Quadro 15 – Peso das reversões em rubricas do Balanço e Demonstração dos Resultados

	Rev_Imparid_ Invent	Rev_Imparid_ DivRec	Rev_Imparid_ Outras contasRec	Rev_Imparid_ InvFin	Rev_Imparid_ InvDeprec AFT	Total_ Rev_ Impari- dades
Total Ativo_2010	0,27%	0,28%	0,01%	0,00%	0,00%	0,56%
Vol_Neg_2010	0,16%	0,17%	0,01%	0,00%	0,00%	0,34%
EBIT_2010	4,10%	4,26%	0,22%	0,00%	0,01%	8,59%
Res_Liq_2010	6,36%	6,62%	0,35%	0,00%	0,01%	13,34%

Fonte: SPSS a partir dos dados recolhidos

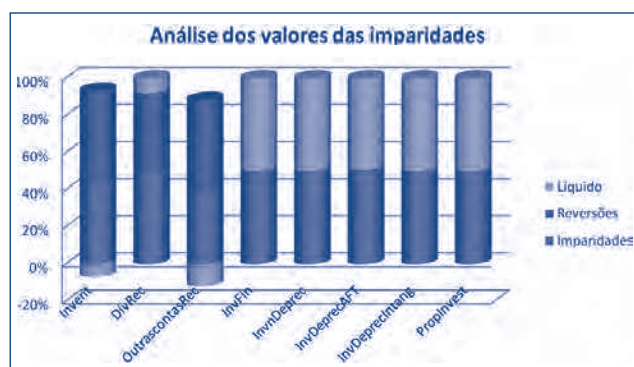
Da análise do quadro anterior poderemos verificar que o total de reversões de imparidade reconhecidas no ano de 2010 das empresas que compõem a amostra representam em termos percentuais 0,56 % do total do ativo, 0,34% do volume de negócios, 8,59% do *ebit* e cerca de 13,34 % do resultado líquido do período.

3.2.3. Imparidades líquidas de reversões

O valor total das imparidades líquidas de reversões na amostra de 172 empresas em 2010 é de 14.536.734,22 euros. Este valor, como seria de esperar após apresentação das reversões, é substancialmente mais baixo, mais concretamente 16% do valor das perdas por imparidade reportadas também em 2010 por essas empresas.

O gráfico 3 dá uma visão global sobre os valores das perdas por imparidade, respetivas reversões e valores líquidos para a amostra em análise. Apesar da informação já ter sido apresentada, esta é uma perspetiva que evidencia o peso das reversões nas rubricas relativas a inventários, dívidas a receber de clientes e outras dívidas a receber.

Gráfico 3 – Análise dos valores das imparidades por natureza



Fonte: SPSS a partir dos dados recolhidos

O quadro 16 apresenta um conjunto de valores para as estatísticas descritivas relativas a imparidades líquidas. O somatório dos valores das imparidades líquidas da rubrica relativa a inventários é o mais baixo, apresentando um valor negativo de quase 5 milhões de euros. O valor das imparidades líquidas relativas a outras contas a receber é igualmente negativo, sendo o valor mais elevado o que se refere a dívidas a receber de clientes. É interessante verificar que as rubricas que apresentam os valores mais baixo e mais elevado são também as que apresentam maior amplitude de valores, dada pela diferença entre o valor mínimo e máximo.

Todos os valores médios calculados para as imparidades líquidas relativas a inventários são negativos, como esperado. A mediana para esta categoria é no entanto positiva. Existe uma grande dispersão dos valores em torno da média, evidenciada pelos elevados valores do desvio padrão.

Quadro 17 – Imparidades líquidas por CAE

CAE	Imparidades	Reversões	Imparidades líquidas	%	Valor médio imparidades líquidas
4	76.316.637,16	69.725.799,89	6.590.837,27	45,34%	670.440,38
6	9.709.206,23	6.433.645,11	3.275.561,12	22,53%	292.438,41
7	5.647.302,23	976.966,40	4.670.335,83	32,13%	21.710,36
TOTAL	91.673.145,62	77.136.411,40	14.536.734,22	100,00%	

Fonte: SPSS a partir dos dados recolhidos

No que se refere aos valores por CAE, optamos por repetir os valores das perdas por imparidade e reversões, para facilitar a comparação. Verificamos que as entidades do CAE 4 apresentam os valores total e médio mais elevados de imparidades líquidas.

Quadro 16 – Estatísticas descritivas – imparidades líquidas

	Imparid_Liq_Invent	Imparid_Liq_DivRec	Imparid_Liq_OtrascontasRec	Imparid_Liq_InvFin	Imparid_Liq_InvnDeprec
Média	-87.701,74	59.533,51	-31.468,97	1.284.600,37	64.049,28
Desvio padrão	1.303.133,52	1.022.680,37	233.321,75	2.395.719,00	82.094,08
Mediana	64.970,53	59.340,91	-2.225,33	134.290,10	64.049,28
Mínimo	-7.566.475,04	-9.998.758,00	-624.316,67	-3.120,71	6.000,00
Maximo	2.017.540,75	2.869.794,97	370.126,66	4.872.942,00	122.098,56
Soma	-4.998.999,12	7.322.622,08	-472.034,57	5.138.401,49	128.098,56
	Imparid_Liq_Inv DeprecAFT	Imparid_Liq_Inv Deprecintang	Imparid_Liq_Prop Invest	Total_impardades_Liq	
Média	651.133,22	340.669,02	593.786,50	108.483,09	
Desvio padrão	838.099,17	356.254,78	758.320,40	1.337.778,80	
Mediana	383.661,72	236.000,00	593.786,50	86.833,31	
Mínimo	61.532,74	48.476,76	57.573,00	-9.998.758,00	
Maximo	2.659.672,00	737.533,30	1.130.000,00	3.779.495,69	
Soma	5.209.065,72	1.022.007,06	1.187.573,00	14.536.734,22	

Fonte: SPSS a partir dos dados recolhidos

À semelhança do que efetuámos para o total de perdas por imparidade e total de reversões, apresentamos em baixo o peso do total das imparidades líquidas em rubricas do balanço e demonstração dos resultados.

Quadro 18 – Peso das imparidades líquidas em rubricas do Balanço e Demonstração dos Resultados

	Imparid_Liq_Invent	Imparid_Liq_DivRec	Imparid_Liq_Outrascontas Rec	Imparid_Liq_InvFin	Imparid_Liq_InvnDeprec
Total Ativo_2010	-0,04%	0,05%	0,00%	0,04%	0,00%
Vol_Neg_2010	-0,02%	0,03%	0,00%	0,02%	0,00%
EBIT_2010	-0,56%	0,82%	-0,05%	0,57%	0,01%
Res_Liq_2010	-0,86%	1,27%	-0,08%	0,89%	0,02%
	Imparid_Liq_Inv DeprecAFT	Imparid_Liq_InvDeprec Intang	Imparid_Liq_ProInvest	Total_impairidades_Liq	
Total Ativo_2010	0,04%	0,01%	0,01%	0,11%	
Vol_Neg_2010	0,02%	0,00%	0,01%	0,06%	
EBIT_2010	0,58%	0,11%	0,13%	1,62%	
Res_Liq_2010	0,90%	0,18%	0,21%	2,51%	

Fonte: SPSS a partir dos dados recolhidos

Da análise do quadro anterior poderemos verificar que o total de imparidades líquidas reconhecidas no Ano de 2010 das empresas que compõem a amostra representam em termos percentuais 0,11 % do total do ativo, 0,06% do volume de negócios, 1,62% do *ebit* e cerca de 2,51 % do resultado líquido do período.

3.2.4. Dimensão

Para medir o fator dimensão são utilizadas duas variáveis: o Total do ativo líquido e o volume de negócios do ano de 2010 das entidades da amostra. Para esta variável e para as seguintes, são apresentados os valores da média, desvio padrão, mediana, mínimo e máximo. O valor da soma foi excluído, por não fazer sentido adicionar este tipo de valores do balanço e demonstração dos resultados por naturezas.

Quadro 19 – Estatísticas descritivas – dimensão

	Total_Ativo_2010	Vol_Neg_2010
N	172	172
Média	80.441.710,83	132.270.708,47
Mediana	42.458.354,01	100.103.064,96
Desv. Padrão	103.245.514,75	134.089.494,83
Mínimo	397.874,00	730.011,30
Máximo	675.911.285,00	710.933.885,99

Fonte: SPSS a partir dos dados recolhidos

Verificamos no quadro em cima que a amostra é constituída por entidades com diversas dimensões, como se verifica através da diferença entre os valores mínimo e máximo e também pelos valores dos desvios-padrão. Os valores médios do ativo e volume de negócios são superiores aos da respetiva mediana, o que sugere um enviesamento para a direita na distribuição de frequências.

Quadro 20 – Dimensão por CAE

CAE	Valor médio do Ativo_2010	Valor médio Vol Neg_2010
4	102.433.549,36	187.583.086,95
6	30.314.318,75	40.997.565,07
7	53.054.065,14	41.849.391,47

Fonte: SPSS a partir dos dados recolhidos

A dimensão das empresas difere muito conforme o CAE a que pertencem, sendo consideravelmente maiores as empresas do CAE 4.

3.2.5. Endividamento

O cálculo do rácio do endividamento é dado pela divisão entre o total do passivo e o total do capital próprio, ambos relativos a 2010, para cada uma das entidades da amostra.

Quadro 21 – Estatísticas descritivas – endividamento

	Total_Passivo_2010	Capital_Proprio_2010	Rácio_endividam_2010
N	172	172	172
Média	55.869.758,12	23.948.871,31	6,82
Mediana	32.553.695,10	8.919.980,49	2,90
Desv. Padrão	67.419.075,40	53.923.663,44	16,94
Mínimo	280.553,80	-9.012.957,72	-33,25
Máximo	427.948.810,96	579.771.755,00	157,85

Fonte: SPSS a partir dos dados recolhidos

Uma vez mais se verifica um enviesamento para a direita das distribuições de todas as variáveis consideradas. A análise do desvio padrão e valores mínimo e máximo revelam que existe mais uma vez uma grande dispersão dos resultados, o que sugere uma grande heterogeneidade da situação económico-financeira das empresas da amostra.

Quadro 22 – Endividamento por CAE

CAE	Valor médio Passivo_2010	Valor médio CapPP_2010	Valor médio RácEndiv_2010
4	69.645.803,69	32.787.745,67	7,34
6	20.559.562,06	9.754.756,69	3,25
7	41.611.401,06	10.753.818,87	7,37

Fonte: SPSS a partir dos dados recolhidos

O valor médio do passivo das empresas do CAE 6 é bastante inferior ao das entidades do CAE 4 e CAE 7. No entanto, há que reforçar que estas empresas são as de menor dimensão, como vimos no ponto anterior. De qualquer forma o rácio de endividamento das empresas pertencentes ao CAE 6 é cerca de metade dos respetivos valores das empresas do CAE 4 e CAE 7.

3.2.6. EBIT – Earnings Before Interests and Taxes

O EBIT (*Earnings Before Interest and Taxes*), é o lucro antes de encargos financeiros (pagamento de juros) e impostos. Este indicador reflete os resultados da empresa antes das deduções financeiras e fiscais.

A designação do EBIT em português não é uniforme. Sendo vulgarmente designado por “resultado operacional”, pode-se também encontrá-lo referido como “resultado operacional líquido”, “resultado de exploração”, “resultado líquido de exploração”, “resultados antes de impostos”, “resultados antes de juros e impostos (RAJI)”, “lucro operacional”, “lucro operacional líquido”, “lucro de exploração”, “lucros antes dos impostos”, “ganho líquido por exploração” e “função financeira”.

Quadro 23 – Estatísticas descritivas – EBIT

	EBIT_2010
N	172
Média	5.219.655,49
Mediana	2.423.191,17
Desv. Padrão	10.840.639,84
Mínimo	-14.601.189,00
Máximo	116.986.408,51

Fonte: SPSS a partir dos dados recolhidos

O valor médio do EBIT das empresas que constituem a amostra é positivo, o que evidencia a eficiência das empresas, em média, da utilização dos seus ativos.

Quadro 24 – EBIT por CAE

CAE	EBIT (médio)
4	6.294.972,00
6	2.330.733,39
7	4.170.163,52

Fonte: SPSS a partir dos dados recolhidos

As entidades do CAE 6 apresentam valores mais baixos para esta variável, sendo os resultados antes de juros e impostos, em média, mais elevados para as entidades do CAE 6.

3.2.7. Rácios de Rendibilidade

Nas hipóteses de investigação são considerados dois rácios de rendibilidade: rendibilidade do ativo total, dado pelo quociente entre o valor do EBIT de 2010 e o valor do ativo de 2009 e rendibilidade do capital próprio, dado pelo quociente entre o resultado líquido do período de 2010 e o capital próprio de 2009.

Quadro 25 – Estatísticas descritivas – rácios de rendibilidade

	Rendib_Ativo	Rendib_CapPP
N	172	172
Média	,10	,05
Mediana	,06	,16
Desv. Padrão	,16	2,06
Mínimo	-,22	-17,25
Máximo	1,46	7,98

Fonte: SPSS a partir dos dados recolhidos

O indicador da rendibilidade do ativo total é uma medida de eficiência operacional da totalidade do negócio, verificamos que em termos médios apresentam um valor positivo de 0,10. O indicador de rendibilidade dos capitais próprios mede a capacidade da empresa gerar resultados a partir dos capitais investidos pelos acionistas/sócios e permite a sua comparação com a rendibilidade do mercado e o custo da dívida. Verificamos que em termos médios apresenta um valor positivo de 0,05.

Quadro 26 – Rácios de rendibilidade por CAE

CAE	Rendib_Ativo (média)	Rendib_CapPP (média)
4	0,08	-0,22
6	0,11	0,21
7	0,12	0,59

Fonte: SPSS a partir dos dados recolhidos

Em termos de análise por CAE, verificamos que a rendibilidade do ativo e dos capitais próprios é superior no CAE 7, comparativamente com os restantes CAE's.

3.3. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Com base nas hipóteses formuladas na parte precedente, onde foram definidas vinte e oito hipóteses que relacionam o reconhecimento, mensuração e divulgação relacionados com as perdas por imparidade e determinados fatores que distinguem as entidades, nomeadamente, a dimensão, o endividamento, o *ebit*, a rendibilidade, o código de atividade económica e a obrigatoriedade de certificação legal das contas, vamos de seguida analisar e apresentar os resultados obtidos.

A apresentação dos resultados será subdividida em suas metades. Numa primeira metade, relacionando as perdas por imparidade e o reconhecimento e mensuração (H1 a H16) e numa segunda metade relacionando as perdas por imparidade e a divulgação (H17 a H28). Após a apresentação dos resultados efetuamos uma síntese de validação dos mesmos.

3.3.1. As perdas por imparidade e o reconhecimento e mensuração

Apresentamos de seguida os resultados das hipóteses H1 a H16 referentes ao reconhecimento e mensuração.

Hipótese 1: Diferenças no que se refere à Dimensão

Pretendemos analisar, relativamente à dimensão das empresas da amostra, se existem diferenças significativas e uma relação significativa entre empresas que apresentaram e não apresentaram perdas por imparidade e também entre empresas que apresentaram ou não imparidades líquidas de reversões.

Para validar a Hipótese 1 utilizamos o teste não paramétrico de *Mann-Whitney* para amostras independentes. Para medir a dimensão utilizamos os valores do ativo total de 2010, volume de negócios de 2010 e respetivos logaritmos.

– Entidades que apresentaram e não apresentaram Perdas por Imparidade

Neste primeiro teste analisamos se existem diferenças significativas relativamente à dimensão entre entidades da amostra que apresentaram e não apresentaram em 2010 perdas por imparidade. Relembramos que 120 entidades da amostra pertencem ao primeiro grupo e 52 entidades da amostra pertencem ao segundo grupo.

O estudo permite concluir que existem diferenças estatisticamente significativas no que se refere à dimensão para entidades que reconheceram e não reconheceram em 2010 perdas por imparidade ($p\text{ values} = 0,000$). A análise do *rank* associado ao teste de *Mann-Whitney* permite concluir que são as empresas de relativa maior dimensão que apresentam perdas por imparidade.

– Entidades que apresentaram e não apresentaram Imparidades Líquidas

Repetimos a análise, sendo agora as subamostras independentes constituídas pelas empresas que apresentaram (134 empresas) ou não imparidades líquidas de reversões (38 empresas).

Uma análise dos $p\text{ values}$ ($p = 0,000$) associados a todas as variáveis relativas à dimensão permite concluir que existem diferenças estatisticamente significativas para empresas que reconheceram e não reconheceram em 2010 imparidades líquidas de reversões. Mais uma vez se verifica que são as

empresas com relativa maior dimensão que apresentam valores diferentes de zero para as imparidades líquidas.

Os resultados encontrados neste estudo apresentam-se consistentes com os resultados obtidos por Albuquerque et al. (2011) no que concerne à existência de diferenças relacionadas com a dimensão e o reconhecimento ou não de perdas por imparidade em investimentos não financeiros.

Os resultados por nós obtidos também apresentam-se consistentes com os resultados obtidos por Conceição (2009) no que concerne à evidência de uma influência negativa entre a dimensão e a opção de justo valor, comprovando a hipótese dos custos políticos. Segundo Conceição (2009) as empresas de maior dimensão estão mais expostas a custos políticos, o que conduz ao uso de uma contabilidade mais conservadora, como forma de reduzir os custos políticos que enfrentam (Watts e Zimmerman, 1978). Como o conservantismo reduz os custos políticos (Watts, 2002) os gestores têm maiores incentivos na adopção de políticas conservadoras e consequentemente o uso de justo valor é preterido face ao custo histórico. Também Skinner (1993), citado por Astami e Tower (2006), conclui que grandes empresas estão mais propensas a escolher métodos contabilísticos que diminuam os resultados.

Hipótese 2: Relação no que se refere à Dimensão

Pretendemos analisar se existem relações significativas relativamente à dimensão para entidades que apresentaram e não apresentaram perdas por imparidade e também para empresas que apresentaram ou não imparidades líquidas de reversões. Para este efeito utilizamos o coeficiente de correlação de *Spearman*, uma vez que as variáveis não seguem uma distribuição normal.

O estudo permite concluir que todas as correlações têm significância estatística, ou seja, estas variáveis estão relacionadas significativamente. O facto das entidades apresentarem relatos de perdas por imparidade e imparidades líquidas de reversões está relacionado com a sua dimensão. Todos os coeficientes de correlação são positivos, o que revela que são as empresas de maior dimensão que relatam, reconhecem mais imparidades, o que confirma as conclusões retiradas nos pontos anteriores.

Os resultados encontrados neste estudo apresentam-se consistentes com os resultados obtidos por Albuquerque et al. (2011) no que concerne à existência de uma relação relacionadas com a dimensão e o reconhecimento ou não de perdas por imparidade em investimentos não financeiros.

Hipótese 3: Diferenças no que se refere ao Endividamento

Neste ponto realizamos análises estatísticas tendentes à validação das hipóteses 3 e 4. O rácio de endividamento de cada

uma das empresas da amostra é calculado pela divisão entre o total do passivo e do total do capital próprio, ambos relativos a 2010.

– Entidades que apresentaram e não apresentaram
Perdas por Imparidade

No estudo realizado não existem diferenças estatisticamente significativas no que se refere ao rácio de endividamento para empresas que apresentaram e não apresentaram perdas por imparidade, uma vez que o valor de *p value* é de 0,224, logo superior a 0,05.

– Entidades que apresentaram e não apresentaram
Imparidades Líquidas

Repetimos o teste, agora considerando como amostras independentes as entidades da amostra que registaram um valor diferente de zero para as imparidades líquidas e as restantes. Os resultados obtidos evidenciam um *p value* igual a 0,188 (superior a 0,05), por isso, concluímos igualmente que não há diferenças com significância estatística no que se refere ao rácio de endividamento entre estas duas subamostras.

Os resultados encontrados neste estudo apresentam-se consistentes com os resultados obtidos por Albuquerque et al. (2011) no que concerne à não confirmação de diferenças relacionadas com a dimensão e o reconhecimento ou não de perdas por imparidade em investimentos não financeiros.

Os resultados por nós obtidos não apresentam-se consistentes com os resultados obtidos por Conceição (2009). Os resultados obtidos por Conceição sugerem que as empresas com maior nível de endividamento têm incentivo em adotar o justo valor. No entanto a Autora reconhece que em estudos anteriores, outros autores não conseguiram demonstrar tal evidência.

Hipótese 4: Relação no que se refere ao Endividamento

Neste ponto repete-se a análise efetuada na hipótese 2, mas considerando a variável endividamento em vez da dimensão. As correlações entre o rácio de endividamento e as variáveis reconhecimento de perdas por imparidade e reconhecimento de imparidades líquidas apresentam valores de *p* superiores a 0,05, pelo que não têm significância estatística. Como vimos antes, não é possível relacionar o reconhecimento de perdas por imparidade ou imparidades líquidas com o endividamento dessas entidades.

Os resultados encontrados neste estudo apresentam-se consistentes com os resultados obtidos por Albuquerque et al. (2011) no que concerne à não confirmação de relação relacionadas com a dimensão e o reconhecimento ou não de perdas por imparidade em investimentos não financeiros.

Os resultados por nós obtidos não apresentam-se consistentes com os resultados obtidos por Conceição (2009). Os resulta-

dos obtidos por Conceição sugerem que as empresas com maior rácio de dívida sobre capital próprio são mais propensas a adotarem o justo valor, como método de mensuração de ativos. No entanto a Autora reconhece que em estudos anteriores, como de Demaria e Dufor (2007), bem como de Missioner-Piera (2004) concluíram pela não existência de relação entre o endividamento e o uso de métodos contabilísticos que influenciem os resultados.

Hipótese 5: Diferenças no que se refere ao EBIT

A validação da hipótese 5 remete para a análise do teste *Mann-Whitney* considerando agora a variável *EBIT*.

– Entidades que apresentaram e não apresentaram
Perdas por Imparidade

O estudo permitiu concluir que existem diferenças estatisticamente significativas no que se refere aos resultados antes de juros e impostos para as entidades da amostra que apresentaram ou não no ano de 2010 perdas por imparidade ($p = 0,004$). Confirmada a hipótese de existirem diferenças significativas nas duas sub-amostras consideradas para a variável *EBIT*, concluímos, pela análise dos *Mean Ranks* que são as empresas que apresentam em termos relativos maiores *EBIT* que reconhecem no mesmo ano perdas por imparidade.

– Entidades que apresentaram e não apresentaram
Imparidades Líquidas

Repetimos a análise para o caso das entidades que apresentaram ou não valores diferentes de zero na rubrica imparidades líquidas.

O resultado do teste de *Mann-Whitney* tem associada uma significância de 0,000, logo concluímos que existem diferenças significativas relativamente ao *EBIT* para as entidades que reconheceram ou não imparidades líquidas. A análise dos *ranks* permite concluir que são as entidades que apresentam relativamente maiores *EBIT* que reconhecem no mesmo ano imparidades líquidas.

A nossa validação da hipótese não está de acordo com Fernandes (2007), nem com Carvalho, Rodrigues e Ferreira (2013) em que sugeriam numa ótica de alisamento de resultados, as empresas com maiores resultados tendem a reconhecer menos perdas por imparidade.

Hipótese 6: Relação no que se refere ao EBIT

A Hipótese 6 refere a existência de uma relação significativa relativamente ao *EBIT* entre entidades que reconheceram e não reconheceram perdas por imparidade e imparidades líquidas, na amostra. Apresentamos os valores das correlações de *spearman* entre a variável *EBIT* e entidades que reconheceram e não reconheceram perdas por imparidade ou imparidades líquidas.

O estudo permite verificar que quando analisamos as correlações em valor, existe uma relação com significância estatística entre o valor do *EBIT* e total de imparidades (*p value* < 0,05), mas o mesmo não sucede relativamente às imparidades líquidas (*p value* = 0,577). No primeiro caso a correlação é positiva, evidenciando que existem valores mais elevados para as perdas por imparidade em empresas que apresentam maiores *EBIT*. Há que ressaltar que, de acordo com Albuquerque et al. (2011), o valor desta correlação (0,258) é considerada fraca.

Também Skinner (1993), citado por Astami e Tower (2006), concluiu que grandes empresas estão mais propensas a escolher métodos contabilísticos que diminuem os resultados.

Hipóteses 7 e 9: Diferenças no que se refere à Rendibilidade

Neste caso são analisadas as diferenças entre dois subgrupos de entidades relativas à rendibilidade do ativo e rendibilidade do capital próprio, permitindo obter informação relevante para validar as Hipóteses 7 e 9.

– Entidades que apresentaram e não apresentaram Perdas por Imparidade

Aplicado o teste *Mann-Whitney* concluímos que não existem diferenças significativas para os rácios de rendibilidade entre entidades que reconheceram e as que não reconheceram em 2010 perdas por imparidade. A significância associada aos resultados do referido teste foram de 0,367 para o caso da Rendibilidade do Ativo e 0,939 para a variável Rendibilidade do Capital Próprio.

– Entidades que apresentaram e não apresentaram Imparidades Líquidas

A conclusão é semelhante à do ponto anterior, pelas mesmas razões. Os valores de *p value* para este teste são de 0,248 e 0,646, logo não é possível validar estatisticamente que existam diferenças nos rácios de rendibilidade para empresas que apresentaram e não apresentaram valores diferentes de zero para o total das imparidades líquidas de reversões.

Os resultados encontrados neste estudo apresentam-se consistentes com os resultados obtidos por Albuquerque et al. (2011) no que concerne à não confirmação de diferenças relacionadas com a rendibilidade do ativo e o reconhecimento ou não de perdas por imparidade em investimentos não financeiros.

Hipóteses 8 e 10: Relação no que se refere à Rendibilidade

As Hipóteses 8 e 10 referem a existência de uma relação significativa entre a rendibilidade do ativo total e a rendibilidade do capital próprio, respetivamente, entre entidades da

amostra que reconhecem e não reconhecem perdas por imparidade.

Os valores de *p value* associados aos valores das correlações entre os rácios que determinam a rendibilidade do ativo (*p* = 0,369) e rendibilidade do capital próprio (*p* = 0,939), superiores a 0,05, permitem concluir que estas correlações não têm significância estatística.

Concluimos que não existe uma relação significativa relativamente à rendibilidade do ativo e capitais próprios, entre entidades da amostra que apresentaram relatos de perdas por imparidade ou imparidades líquidas de reversões e as que não o reconheceram.

Os resultados encontrados neste estudo apresentam-se consistentes com os resultados obtidos por Albuquerque et al. (2011) no que concerne à não confirmação de relação relacionadas com a rendibilidade do ativo e o reconhecimento ou não de perdas por imparidade em investimentos não financeiros.

Hipótese 11: Diferenças no que se refere ao Código de Atividade Económica

Neste ponto procuramos analisar se existem diferenças significativas relativamente aos tipos de perdas por imparidade e imparidades líquidas por CAE. Efetuámos um teste para comparar em simultâneo as três sub-amostras independentes, correspondentes aos CAE 4, CAE 6 e CAE 7. Neste caso particular o teste de *Mann-Whitney* dá lugar ao teste de *Kruskal Wallis*.

No estudo realizado e comparando as três amostras independentes concluímos que os valores de *p value* são apenas inferiores a 0,05 no caso das imparidades com inventários (*p* = 0,000) e total de imparidades (*p* = 0,000), ou seja, há diferenças nas funções de distribuição das imparidades com inventários e total de imparidades para as entidades do CAE 4 vs. CAE 6 vs. CAE 7.

Nos restantes casos não há diferenças estatisticamente significativas para os diversos CAE's considerados. Desta forma, apresentamos o *rank Kruskal-Wallis* apenas para os dois casos validados.

Concluimos que, comparativamente, são as entidades do CAE 4 que apresentam valores mais elevados para as perdas por imparidade com inventários e total das perdas por imparidade, uma vez que nestes casos o *rank* é superior. Os valores relativamente mais baixos correspondem a entidades do CAE 7.

No que se refere a imparidades líquidas a conclusão é distinta. Não há diferenças na função de distribuição de qualquer uma das variáveis relativas a imparidades líquidas nas três sub-amostras consideradas, uma vez que os valores de *p value* são sempre superiores a 0,05.

Os resultados encontrados neste estudo não apresentam-se consistentes com os resultados obtidos por Conceição (2009) no que concerne à não confirmação da existência de efeitos da variável setor na opção pelo justo valor. Segundo Conceição (2009) as empresas do sector financeiro seriam mais propensas à adoção do justo valor.

Hipótese 12: Relação no que se refere ao Código de Atividade Económica

A Hipótese 12 refere que existe uma relação significativa relativamente ao tipo de perdas por imparidade e imparidades líquidas reconhecidas por CAE, para esta amostra. Uma vez que no ponto anterior se verificou que o teste *Kruskal Wallis* não validou nenhuma das diferenças entre imparidades líquidas para os diferentes CAE's, apenas estudamos o coeficiente de correlação de *Spearman* para o caso das perdas por imparidade.

Neste caso as correlações estatisticamente significativas entre os tipos de perdas por imparidade e CAE para $p\text{ value} < 0,05$, são as relacionadas não só com imparidade com inventários e total de perdas por imparidade, tal como a análise do ponto anterior sugeria, mas também as relacionadas com as imparidades com investimentos depreciáveis AFT ($p = 0,023$). Concluímos que apenas parte destas correlações apresentam significância estatística, nomeadamente, para os casos das imparidades com inventários, imparidades com investimentos depreciáveis AFT e total de imparidades. Ambos os valores dos coeficientes destas correlações são negativos.

Hipótese 13: Diferenças no que se refere à Certificação Legal das Contas

A Hipótese 13 enuncia que existem diferenças significativas relativamente ao reconhecimento de perdas por imparidade e imparidades líquidas entre as entidades que têm e não têm certificação legal de contas na amostra considerada. Para validar esta hipótese aplicamos o Teste *Mann-Whitney* e ainda a distribuição binomial, uma vez que estão a ser analisadas variáveis nominais.

Os valores de $p\text{ value}$ obtidos são de 0,000, inferiores a 0,05, pelo que concluímos existirem diferenças significativas no reconhecimento de perdas por imparidade e imparidades líquidas para as empresas que apresentam e não apresentam certificação legal das contas. Os dados obtidos permitem concluir que são fundamentalmente as entidades que apresentam certificação legal das contas que reconhecem perdas por imparidade e imparidades líquidas.

Este estudo permite aferir da importância que a certificação legal das contas possui no reconhecimento das imparidades em Portugal. Ou seja, as empresas obrigadas a certificação legal das contas têm maior preocupação com a imagem ver-

dadeira e apropriada da contabilidade e portanto se tiverem de reconhecer perdas por imparidade, reconhecem. As empresas que não possuem certificação legal das contas já não têm tanta preocupação com a imagem verdadeira e apropriada e portanto se não necessitarem de reconhecer perdas por imparidade não o reconhecem.

Hipótese 14: Relação no que se refere à Certificação Legal das Contas

Surge agora a análise estatística que permite validar a Hipótese 14, ou seja, a existência de relação significativa relativamente ao reconhecimento de perdas por imparidade e de imparidades líquidas entre as entidades que têm e não têm certificação legal das contas.

A relação enunciada entre as variáveis é estatisticamente válida, uma vez que o $p\text{ value}$ associado aos coeficientes de correlação de *Spearman* é 0,000. Uma vez que a codificação da resposta relativa à Certificação Legal das Contas é "1" se as empresas apresentam Certificação Legal das Contas e "0" se não o possuem, entende-se porque a correlação entre as variáveis é positiva. Ou seja, são as empresas que estão legalmente certificadas que mais reconhecem perdas por imparidade e imparidades líquidas. No entanto a correlação é fraca 0,275 (Albuquerque et al., 2011).

Hipótese 15: Diferenças no que se refere ao Critério de Mensuração e à Certificação Legal das Contas

Testamos agora se existem diferenças significativas na amostra entre o critério de mensuração das imparidades e a obrigatoriedade ou não de certificação legal das contas. Relembramos que estas variáveis binárias assumem o valor "0" caso não haja referência ao critério de mensuração ou as entidades da amostra não tenham certificação legal das contas e o valor "1" no caso do critério de mensuração ser o económico ou as entidades tenham certificação legal das contas.

Considerando o valor de $p = 0,003$ (inferior a 0,05) podemos concluir pela validade estatística das diferenças no que se refere às duas variáveis em análise. O *rank Mann-Whitney* ajuda a entender melhor a natureza destas diferenças. Concluímos que existe uma tendência para as empresas que apresentam o critério de mensuração económico terem certificação legal das contas.

Hipótese 16: Relação no que se refere ao Critério de Mensuração e à Certificação Legal das Contas

Procurámos verificar se existe algum tipo de associação entre o critério de mensuração das imparidades – que no caso da nossa amostra foi sempre utilizado o critério económico – e o facto de as entidades apresentarem certificação legal das contas, com vista à validação da Hipótese 16.

Verifica-se que existe uma correlação estatisticamente significativa entre as duas variáveis consideradas, para $p = 0,05$ e até $p = 0,01$. Uma vez que o coeficiente de correlação é positivo, tal revela uma relação direta entre a certificação legal das contas e a utilização do critério económico para mensurar as imparidades. De acordo com Albuquerque et al. (2011) é uma correlação fraca (0,223).

Esta nossa conclusão está em conformidade com o evidenciado por Inácio, Helena e Fernandes, Lúcia (2012), onde em estudo realizado concluíram que, ... "através dos controlos de qualidade efetuados pela OROC concluíram que os auditores executam o seu trabalho aplicando os princípios e normas a que estão obrigados."...

3.3.2. As perdas por imparidade e a divulgação

Apresentamos de seguida os resultados das hipóteses H17 a H28 referentes à divulgação.

Hipótese 17: Diferenças no que se refere à Divulgação de Perdas por Imparidade e à Certificação Legal das Contas

A Hipótese 17 enuncia que existem diferenças significativas no que diz respeito à divulgação de perdas por imparidade entre entidades que têm e não têm obrigatoriedade de certificação legal das contas na amostra considerada.

O p value obtidos neste caso é 0,000 (inferior a 0,05), pelo que podemos concluir pela validade estatística das diferenças no que se refere às duas variáveis em análise. Uma análise do *rank Mann-Whitney* ajuda a entender que são as entidades com certificação legal das contas as que mais divulgam informação na IES.

Este estudo permite aferir da importância que a certificação legal das contas ainda possui na divulgação das imparidades em Portugal, através da IES. As empresas evidenciam no anexo à IES o critério de mensuração, bem como se reconheceram ou não reconheceram perdas por imparidade, sem nunca detalhar a forma como determinaram o valor de uso ou o valor realizável líquido ou a quantia recuperável.

Hipótese 18: Relação no que se refere à Divulgação de Perdas por Imparidade e à Certificação Legal das Contas

Procurámos verificar se existe algum tipo de associação entre a divulgação de perdas por imparidade e o facto de as entidades apresentarem certificação legal das contas, com vista à validação da Hipótese 18.

O estudo permite verificar que existe uma correlação estatisticamente significativa entre as duas variáveis consideradas, dado que o valor de p value é 0,000. Uma vez que o coeficiente de correlação é positivo, tal revela uma relação direta

entre as variáveis divulgação das perdas por imparidade (Informação IES) e certificação legal das contas das entidades que constituem a amostra. Para Albuquerque et al. (2011) a correlação é fraca (0,339).

Hipótese 19: Diferenças no que se refere à Dimensão e à Divulgação de Perdas por Imparidade

Para testar esta hipótese, que se refere à existência de diferenças significativas relativamente à dimensão e divulgação ou não das perdas por imparidade, foi mais uma vez utilizado o teste não paramétrico de *Mann-Whitney*.

A análise dos p values ($p = 0,001$) permite concluir que existem diferenças estatisticamente significativas no que se refere à dimensão para entidades que divulgam e não divulgam em 2010 perdas por imparidade. A partir dos valores dos *rank Mann-Whitney*, são as empresas de relativa maior dimensão que mais divulgam as perdas por imparidade.

Os resultados encontrados neste estudo apresentam-se consistentes com os resultados obtidos por Albuquerque et al. (2011) no que concerne à existência de diferenças relacionadas com a dimensão e os requisitos de divulgação relativos às perdas por imparidade em investimentos não financeiros.

Hipótese 20: Relação no que se refere à Dimensão e à Divulgação de Perdas por Imparidade

Pretendemos neste ponto aferir se existe uma relação significativa relativamente à dimensão entre entidades que divulgam e não divulgam as perdas por imparidade na amostra da investigação.

A partir da análise do estudo verificamos que todos os valores das correlações são estatisticamente significativos para p value igual a 0,05 e até 0,01. Os valores das correlações entre as variáveis que definem a dimensão e a variável informação IES são positivos, refletindo uma relação direta entre a dimensão das entidades e a divulgação das perdas por imparidade. De acordo com Albuquerque et al. (2011) a correlação entre as variáveis referidas é fraca (0,252).

Os resultados encontrados neste estudo apresentam-se consistentes com os resultados obtidos por Albuquerque et al. (2011) no que concerne à confirmação de relação estatisticamente significativa entre a dimensão e os requisitos de divulgação relativos às perdas por imparidade em investimentos não financeiros.

Hipótese 21: Diferenças no que se refere ao Endividamento e à Divulgação de Perdas por Imparidade

A Hipótese 21 refere que existem diferenças significativas relativamente ao endividamento, entendido este como rácio de endividamento, entre entidades da amostra que divulgam e não divulgam as perdas por imparidade. Para testar esta

hipótese foi utilizado o teste não paramétrico de *Mann-Whitney*.

Uma análise dos p são superiores a 0,05, ($p = 0,489$), o que permite concluir que não existem diferenças estatisticamente significativas no que se refere ao endividamento para entidades que divulgam e não divulgam em 2010 perdas por imparidade.

Os resultados encontrados neste estudo apresentam-se consistentes com os resultados obtidos por Albuquerque et al. (2011) no que concerne à não confirmação de diferenças relacionadas com o endividamento e os requisitos de divulgação relativos às perdas por imparidade em investimentos não financeiros.

Hipótese 22: Relação no que se refere ao Endividamento e à Divulgação de Perdas por Imparidade

Pretendemos neste ponto aferir se existe uma relação significativa relativamente ao endividamento entre entidades que divulgam e não divulgam as perdas por imparidade na amostra do estudo.

Na sequência dos resultados do teste de *Mann-Whitney* realizado no ponto anterior, verifica-se que não existe relação entre as variáveis testadas, uma vez que as correlações não são estatisticamente significativas para p value de 0,05, ($p = 0,490$). Não existe uma relação estatisticamente significativa entre as variáveis endividamento e divulgação de perdas por imparidade.

Hipótese 23: Diferenças no que se refere ao EBIT e à Divulgação de Perdas por Imparidade

Na Hipótese 23 testamos a existência de diferenças significativas relativamente ao *EBIT* entre entidades da amostra que divulgam e não divulgam as perdas por imparidade. Para testar esta hipótese foi utilizado o teste não paramétrico de *Mann-Whitney*.

O teste apresenta significância estatística para p value de 0,05 ($p=0,023$), o que permite validar a existência de diferenças estatisticamente significativas entre os *EBIT* de entidades que divulgam e não divulgam informação IES. O estudo permite ainda concluir que, a partir dos valores dos *rank Mann-Whitney*, são as empresas com valores relativamente superiores para o *EBIT* que mais divulgam as perdas por imparidade.

Hipótese 24: Relação no que se refere ao EBIT e à Divulgação de Perdas por Imparidade

Pretendemos neste ponto aferir se existe uma relação significativa relativamente ao *EBIT* entre entidades que divulgam e não divulgam as perdas por imparidade na amostra da investigação.

No estudo verifica-se que existe relação entre as variáveis testadas, uma vez que as correlações são estatisticamente

significativas para p value de 0,05, ($p=0,022$). Existe uma relação estatisticamente significativa entre as variáveis *EBIT* e divulgação de perdas por imparidade.

Hipótese 25: Diferenças no que se refere à Rendibilidade e à Divulgação de Perdas por Imparidade

Para testar a Hipótese 25 elaborámos o Teste *Mann-Whitney*, tendo por base as variáveis rendibilidade do ativo e rendibilidade do capital próprio e a divulgação de perdas por imparidade.

A partir do teste realizado, os valores associados a p values são superiores a 0,05, pelo que podemos concluir pela não existência de diferenças significativas relativamente à rendibilidade do ativo e rendibilidade do capital próprio entre entidades que divulgam e não divulgam as perdas por imparidade, tendo por base os dados da amostra.

Hipótese 26: Relação no que se refere à Rendibilidade e à Divulgação de Perdas por Imparidade

Pretendemos neste ponto analisar a existência de uma relação significativa relativamente aos dois rácios de rendibilidade analisados entre entidades que divulgam e não divulgam as perdas por imparidade na amostra do estudo.

O estudo não permitiu evidenciar uma relação significativa entre as variáveis.

Os resultados encontrados neste estudo apresentam-se consistentes com os resultados obtidos por Albuquerque et al. (2011) no que concerne à não confirmação de relação estatisticamente significativa entre a rendibilidade e os requisitos de divulgação relativos às perdas por imparidade em investimentos não financeiros.

Hipótese 27: Diferenças no que se refere ao Código de Atividade Económica e à Divulgação de Perdas por Imparidade

À semelhança das análises estatísticas realizadas anteriormente para outras hipóteses, apresentamos o Teste de *Mann-Whitney* com as variáveis inerentes a esta Hipótese.

O nível de significância associado ao coeficiente de *Mann-Whitney* é superior a 0,05 ($p = 0,408$), pelo que não podemos concluir pela existência de diferenças significativas no que se refere ao CAE e divulgação de perdas por imparidade.

Hipótese 28: Relação no que se refere ao Código de Atividade Económica e à Divulgação de Perdas por Imparidade

Pretendemos neste ponto aferir se existe uma relação significativa relativamente ao CAE entre entidades que divulgam e não divulgam as perdas por imparidade na amostra da investigação.

O valor de p apresenta valores bem acima de 0,05, ($p = 0,410$), pelo que não existe relação entre as variáveis estudadas nesta hipótese.

CONCLUSÃO

Esta investigação teve como principal objetivo estudar o reconhecimento, mensuração e divulgação das Perdas por Imparidade. Este objetivo foi estudado através da ligação entre a referida problemática e determinados factores, nomeadamente, a dimensão, o endividamento, o *ebit*, a rentabilidade, o código de atividade económica e a obrigatoriedade de certificação legal das contas, que distinguem as entidades incluídas na população deste estudo.

No contexto das hipóteses estudadas neste trabalho relativas ao reconhecimento e mensuração de Imparidades em Portugal, os resultados encontrados apontam para a existência de diferenças significativas entre as entidades que reconheceram perdas por imparidade e as entidades que não reconheceram perdas por imparidade durante o período de 2010, relativamente, às variáveis dimensão, *EBIT*, CAE e a obrigatoriedade de certificação legal das contas.

A mesma conclusão pode ser apresentada no que diz respeito à existência de uma possível relação entre as entidades que reconheceram perdas por imparidade e as entidades que não reconheceram perdas por imparidade durante o período de 2010, relativamente às variáveis dimensão, *EBIT*, CAE e obrigatoriedade de certificação legal das contas.

Os resultados não confirmaram a existência de uma relação ou diferenças significativas entre as entidades que reconheceram perdas por imparidade e as entidades que não reconheceram perdas por imparidade, neste período, relativamente a fatores relacionados com o endividamento, a rentabilidade de ativos e capitais próprios.

Relativamente às imparidades líquidas o estudo evidenciou as mesmas conclusões para os referidos factores e cada um dos dois grupos de entidades mencionadas, exceto para o CAE, em que não confirmou existirem diferenças ou relação significativas entre as entidades que reconheceram e não reconheceram imparidades líquidas.

Ou seja, os resultados obtidos neste estudo evidenciam que a mensuração das perdas por imparidade identifica-se com as questões relacionadas com a fiabilidade do justo valor ou por outras palavras, numa atitude de prudência relativamente à avaliação da quantia recuperável dos ativos que se apresentam no relato financeiro.

No contexto das hipóteses estudadas neste trabalho relativas à divulgação de Imparidades em Portugal, os resultados encontrados apontam para a existência de diferenças significa-

tivas entre as entidades que divulgaram e não divulgaram perdas por imparidade no período de 2010, relativamente, às variáveis dimensão, *EBIT* e obrigatoriedade de certificação legal das contas.

A mesma conclusão pode ser apresentada no que diz respeito à existência de uma possível relação entre as entidades que divulgaram e não divulgaram perdas por imparidade no período de 2010, relativamente às variáveis dimensão, *EBIT*, e obrigatoriedade de certificação legal das contas.

Os resultados não confirmaram a existência de uma relação ou diferenças significativas entre as entidades que reconheceram perdas por imparidade e as entidades que não reconheceram perdas por imparidade, neste período, relativamente a factores relacionados com o endividamento, o CAE e a rentabilidade de ativos e capitais próprios.

Pelo que podemos concluir que em Portugal começa a existir uma maior transparência na divulgação da informação relacionada com perdas por imparidades, no caso informação obtida da amostra em estudo publicada através da IES, nomeadamente nas empresas de maior dimensão, com maiores *EBIT* e obrigadas a certificação legal das contas.

Também verificamos em termos de divulgação que as entidades que compõem a amostra do estudo passaram a divulgar mais informação relativamente às perdas por imparidade, nomeadamente ao nível do reconhecimento e do critério de mensuração, sem detalhar, nem evidenciar, a forma como determinam quer a quantia recuperável, quer o valor realizável líquido, necessário para o reconhecimento das perdas por imparidade. Ou seja, apesar de existir mais quantidade de informação relativamente às imparidades, verifica-se que em termos de qualidade da informação divulgada existe uma menor qualidade.

Este estudo apresenta algumas limitações.

A primeira limitação prende-se com a dificuldade de obtenção de dados para o estudo de empresas não cotadas. Como o nosso objetivo era estudar entidades que tivessem adotado em 2010 o regime Geral do SNC, as 28 NCRF, obter as entidades que tivessem cumprido esses requisitos foi uma limitação, sendo tal realidade possível com a aquisição monetária das contas publicadas através da IES.

Em virtude do SNC ter sido adotado em 2010, e as empresas terem a possibilidade de entregar a IES relativo ao ano de 2010 até Setembro de 2011, estando a informação disponível posteriormente, impediu que existisse um número mais alargado de anos para este estudo.

Como sugestões para estudos futuros poderemos apresentar os seguintes.

Os resultados obtidos neste estudo, particularmente no que concerne na análise de secretismo, pode chamar a atenção dos organismos competentes para a maior padronização des-

sa informação, garantindo a mesma quer em quantidade, quer em qualidade em termos da IES.

Outra sugestão, prende-se com a realização de outros estudos, em que as entidades envolvidas adotem a Norma das Pequenas Entidades ou a Norma das Microentidades, a fim de se verificar se os resultados mantêm-se ou se alteram, nomeadamente quanto ao reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas por imparidade, evidenciados neste estudo.

Outra sugestão prende-se com a realização de um novo estudo com outros CAE's – Códigos de Atividade Económica a fim de se verificar a comparabilidade dos resultados.

Outra sugestão prende-se com a repetição deste mesmo estudo mas com um número mais alargado de anos para ser estudado.

Por fim, uma última sugestão prende-se com a realização de estudos de opinião, bem como inquéritos e entrevistas aos Técnicos Oficiais de Contas no sentido de se perceber qual é a importância pelos mesmos atribuída às características qualitativas e aos constrangimentos à informação, bem como da sua preferência por determinados conceitos e valores contabilísticos.

BIBLIOGRAFIA

- Albuquerque, F., Almeida, M. C., Quirós, J. T. (2011); O secretismo e as perdas por imparidade em investimentos não financeiros: o caso português; *Jornal de Contabilidade*, Número 415, 310-321.
- Alciatore, M. et al. (2000); Accounting for the impairment of long-lived assets: Evidence from the petroleum industry; *Journal of Accounting and Economics*, 29, 151-172.
- Astami, E. W. e Tower, G. (2006); Accounting-Policy Choice and Firm Characteristics in the Asia Pacific Region: An international Empirical Test of Costly Contracting Theory; *The International Journal of Accounting* 41, 1-21.
- Ball, R., Kothari, S. e Robin, A. (2000); The effect of Institutional Factors on Properties of Accounting Earnings: International Evidence. *Journal of Accounting and Economics*, 29, 1-51.
- Ball, R. e Shivakumar, L. (2005); Earnings quality in UK private firms: comparative loss recognition timeliness; *Journal of Accounting and Economics*, 39, 83-128.
- Bartov, S. et al (1998); Stock price behavior around announcements of write-offs; *Review of Accounting Studies*, 3, Issue 4.
- Baydoun, N. e Willett, R. (1995); *Cultural relevance of western accounting systems to developing countries*; Abacus. 31, 67-92.
- Beatty, A. e Weber, J. (2005); Accounting discretion in fair value estimates: An examination of SFAS 142 goodwill impairments; *Journal of Accounting Research*, 44, 257-288.
- Black, F. e Scholes, M.; The pricing of options and corporate liabilities; *Journal of Political Economy*, 1973:1-17.
- Borker, D. (2013); Is There a Favorable Cultural Profile for IFRS? An Examination and Extension of Gray's Accounting Value Hypotheses; *Journal of International Business & Economics Research*. Vol. 12, n.º 2, 167-177.
- Carvalho, C., Rodrigues, A.M., Ferreira, C. (2013). A relevância das Perdas por Imparidade do Goodwill nos oito anos de aplicação das IAS/IFRS em Portugal. XIV Congresso Internacional de Contabilidade e Auditoria, setembro, Lisboa.
- Cipriano, J. A. S. (2009); *SNC: Imparidade de Ativos e Contingências*; Lisboa, OTOC.
- Cipriano, J. A. S. (2010); *NCRF 12 – Imparidade de Ativos*; Lisboa, OTOC.
- Chanchani, S. e Willett, R. (2004); An empirical assessment of Gray's accounting value Constructs; *The International Journal of Accounting*. 39, 125-154.
- Chao, C. (2004); An examination of SFAS 35: adoption timing motives, write-off characteristics and market reaction; *International Journal of Accounting Studies, Special Issue*, 77-120.
- Chen, C. et al. (2008); Timeliness of impairment recognition: Evidence from the initial adoption of SFAS 142; *Advances in Accounting*, 24, 72-81.
- Collins, D. e Henning, S. (2004); Write-down timeliness, line-of-business disclosures and investors' interpretations of segment divestiture announcements; *Journal of Business Finance and Accounting*, 31, 1261-1299.
- Conceição, L. (2009); *A opção pelo "justo valor" como método de avaliação de activos na adopção das IAS/IFRS em Portugal*; Dissertação de Mestrado em Contabilidade. Faculdade de Economia: Universidade do Porto.
- Cravo, J. (1990); *Considerações em torno do paradigma da utilidade*; IV Jornadas de Contabilidade, Aveiro.
- Deloitte (2008b); *Overview of the impact of IFRS on Power and Utilities*; Na IAS Plus Guide.
- Dicionário da Língua Portuguesa. Porto Editora (em linha). Último acesso em 2012-07-17, em <http://www.infopedia.pt/pesquisa>.
- Duh, R. et al. (2009); Reversing an impairment loss and earnings management: The role of corporate governance; *The International Journal of Accounting*. 44, 113-137.
- Elliott, J. e Hanna, J. (1996); Repeated accounting write-offs and the information content of earnings; *Journal of Accounting Research*, 34 (Suppl.), 135-155.
- Fernandes, P. (2007); *O impacto da entrada em vigor das IFRS na gestão de resultados: a experiência ibérica*. Tese de Mestrado em Ciências Empresárias – Finanças, Faculdade de Economia do Porto.
- Gray, S. J., Kang, T. e Yoo, Y. K. (2013); National Culture and International Differences in the Cost of Equity Capital; *Management International Review*.
- Grenha, C., Cravo, D., Batista, L. & Pontes, S. (2009); *Anotações ao Sistema de Normalização Contabilística*; Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas – 3º Congresso TOC – Construindo o futuro, Lisboa.
- Hair, J., Anderson, R., Tatham, R. e Black, W. (2007). *Análise Multivariada de Dados*. 5ª Edição. Porto Alegre: Artmed Editora.
- Hayn, C. (1995); The information content of losses; *Journal of Accounting and Economics*. 20, 125-153.
- Hope, O., Kang, T., Thomas, W. e Yoo, Y. K. (2008); Culture and auditor choice: A test of the secrecy hypothesis; *Journal of Accounting and Public Policy*. 27, 357-373.
- Inácio, H. e Fernandes, L. (2012); *Alterações normativas e efeitos na opinião do auditor – Evidência do PSI 20*; Estudos do ISCA – Série IV – N.º 3.
- Kvaal, E. (2007); Discounting and the treatment of taxes in impairment reviews; *Journal of Business Finance and Accounting*. 34, 767-791.
- Malhotra, N., Rocha, I., Laudisio, M., Altheman, E., & Borges, F. (2005). *Introdução à pesquisa de marketing*. São Paulo: Pearson Prentice Hall.
- Marôco, J. (2010). *Análise Estatística com utilização do SPSS*. 3ª Edição Lisboa: Edições Sílabo.
- Marques, C. M.; A IAS 36 – Imparidade de Ativos: Impacto, Problemas e Valorização; *Artigo publicado no XV Encontro AECA*, 2009.
- Monteiro, D. e Pontes, S. (2001); Imparidade de ativos; *Revista TOC* 13, 24-31.
- Pallant, J. (2013); *SPSS Survival Manual*. McGraw-Hill, 5ª Edition.
- Pereira, J. (1999); *Análise de dados qualitativos*; São Paulo: FAPESP.
- Pires, J. e Gomes, J.; *Sistema de Normalização Contabilística – Teoria e Prática* (4ª Edição); Vida Económica, 2011.
- Watts, R. e Zimmerman, J. (1986); *Positive Accounting Theory*; Prentice-Hall, Englewood Cliffs, NJ.